

O Rural e Urbano no Brasil¹

Douglas Sathler dos Reis² (CEDEPLAR-UFMG)

Resumo

Problemas na definição do que seja rural e urbano no Brasil surgem a todo o momento. A vigência de uma legislação anacrônica (Decreto-lei 311 de 1938) e a imprecisão na delimitação das linhas de perímetro urbano dos municípios criam distorções evidentes do ponto de vista territorial. Ademais, as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da década de 1980, com uma maior diversificação econômica e a formação de espaços multifuncionais, imprimiram ao campo um novo significado. Percebe-se que as recentes configurações econômicas e sócio-espaciais brasileiras exigem recortes espaciais mais condizentes com a realidade. Diante disso, o presente estudo apresenta uma série de reflexões teóricas que contemplam os conceitos relacionados ao urbano e rural, sob uma perspectiva que permite um melhor entendimento do “Novo rural” brasileiro, dialogando não somente com a literatura clássica mas, sobretudo, com as publicações mais recentes que abordam o tema.

Palavras-chaves: Urbanização; Ruralização; Geografia Econômica; Sociologia Rural.

¹ Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

² Geógrafo formado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em demografia (CEDEPLAR-UFMG).

O Rural e Urbano no Brasil³

Douglas Sathler dos Reis⁴ (CEDEPLAR-UFMG)

1 - INTRODUÇÃO

São inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento que, obrigatoriamente, se deparam com as inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil. A superação definitiva desse problema parece distante uma vez que, como se não bastasse a vigência de uma legislação anacrônica, deve-se admitir a carência de investimentos teóricos e de esforços empíricos voltados para a compreensão do tema. Estudos anteriores⁵ sugerem que parece claro a necessidade de recortes espaciais mais condizentes com as recentes configurações econômicas e sócio-espaciais brasileiras.

Nas primeiras décadas do século XX a sociedade brasileira se configurava como amplamente rural. Em paralelo ao expressivo crescimento da população verificado no país entre 1940 e 1980, observou-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Nesse sentido, o esvaziamento das áreas rurais, o crescimento desordenado de grandes cidades e a formação de centros metropolitanos são reflexos evidentes que sinalizam um país de um novo tempo.

Surgiram ainda, a partir da década de 1980, mudanças significativas no meio rural brasileiro. Observa-se a emergência de um espaço rural multifuncional com a introdução de uma maior diversificação econômica, em meio a novas formas de produção e subsistência, em visível contraste com o que dominava no passado. A expansão do tecido urbano sobre as áreas rurais e o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades consideradas até então como exclusivamente urbanas, indicam a existência de um novo paradigma sócio-espacial no Brasil.

O presente estudo contribui, em alguma medida, para as discussões teóricas e empíricas que envolvem os problemas relacionados às definições do que seja urbano e rural no país, a partir de uma abordagem que considera os diversos aspectos que apontam a emergência de um novo paradigma sócio-espacial, dialogando não somente com a literatura clássica, mas também com as publicações mais recentes que abordam o tema sobre diversas perspectivas. Deve-se destacar que esse tipo de reflexão assume grande importância no campo dos estudos populacionais, uma vez que os demógrafos trabalham a todo o momento com informações ligadas as atuais definições de rural e urbano no país.

³ Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

⁴ Geógrafo formado pelo Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutorando em demografia (CEDEPLAR-UFMG).

⁵ Ver MATOS et al (2004).

2 - DO URBANO E RURAL À URBANIZAÇÃO DAS ÁREAS RURAIS

A partir de meados do século XVIII, foram observadas profundas alterações na distribuição espacial da população. O modelo econômico vigente evoluía para um estágio mais eficiente de acumulação de capitais e, com isso, toda a sociedade se reestruturava aos moldes industriais. Desencadeou-se um processo de crescimento das aglomerações urbanas, concomitantemente ao esvaziamento demográfico das áreas rurais. O advento da indústria imprimiu novas configurações espaciais em várias regiões do globo, com a aparente consumação da separação entre as áreas urbanas e rurais.⁶

A produção agrícola tornou-se um setor da produção industrial, o que fez com que as áreas rurais ficassem submissas às exigências do capital urbano-industrial. “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (Lefebvre, 1999, p.17). O espraiamento do fenômeno urbano foi acionado pela expansão do capital industrial. A explosão⁷ do urbano determina o predomínio das manifestações da cidade sobre a não-cidade. Tais manifestações são encontradas, contudo, em diferentes graus de densidade.

Diante disso, a realidade sócio-espacial torna-se cada vez mais complexa. Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram, levando estudiosos a formular abordagens que considerem os diferentes níveis de integração ou distanciamento.

As definições existentes do que seja rural e urbano, de uma forma geral, são associadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de *continuum*. Na primeira, a ênfase recai sobre as diferenças que se estabelecem entre estes dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade. Na segunda, ocorre uma aproximação entre o espaço rural e a realidade urbana. (Bertrand, 1973).

As definições clássicas, formuladas a partir do final do século XIX, partem da observação de vários aspectos da realidade para ressaltar as principais características do espaço rural, constituindo-se em um alicerce para formulações de conceituações dicotômicas entre o rural e o urbano. De acordo com Blume (2004, p.18),

os primeiros debates e reflexões surgem sistematizadas por uma leitura que assume o rural como uma realidade específica e oposta ao urbano, embasada pelos estudos das diferenças entre comunidade e sociedade, de Ferdinand Tönnies. Este antagonismo dualístico para o rural era o tema da corrente denominada de dicotômica.

Marx e Weber ressaltam que, pouco antes da disseminação do capitalismo urbano-industrial pelo mundo, originou-se um conflito entre duas realidades distintas: o urbano, símbolo de incorporação do capitalismo e do progresso da técnica, e o rural, refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida. A dicotomia entre rural e urbano procurava representar, portanto, as classes sociais que contribuíram para o aparecimento do capitalismo industrial ou que a ele se opunham na Europa do século XVII e não a um corte geográfico propriamente dito. A partir disso, o urbano passa a ser

⁶ Vale destacar que este processo teve início na Europa e, posteriormente, disseminou-se para outras regiões do globo.

⁷ O termo *explosão* é utilizado por Henri Lefebvre (1999), referindo-se ao espraiamento do fenômeno urbano e ao avanço da cidade sobre a não-cidade, gerados pela disseminação do capitalismo industrial.

associado ao novo, ao progresso capitalista das fábricas, e o rural, ao velho, ou seja, à velha ordem social vigente (Silva, 1996).

A partir das décadas de 1920 e 1930, a sociologia rural norte-americana, influenciada por enfoques diferenciados, se destaca nas discussões referentes ao desenvolvimento de conceitos que objetivam permitir um melhor entendimento das questões referentes aos espaços rural e urbano.

Sorokin & Zimmermann (1929) foram os primeiros a introduzir a perspectiva do *continuum* rural e urbano. Essa idéia também está relacionada a uma concepção dual, uma vez que considera o rural e o urbano como pólos extremos em uma escala de gradação. Para evidenciar as características que marcavam a polarização, bem como suas relações, os autores identificaram diferenças marcantes entre os espaços rural e urbano. Diante disso, as reflexões teóricas desses autores acabaram por fomentar a existência de abordagens dicotomizadas das realidades rurais e urbanas. Podemos confirmar essa idéia em SOLARI (1973, p.6), pois embora

Sorokin e Zimmermann tenham postulado que essas oposições eram extremos de uma escala gradativa, estes critérios, que no fundo são uns derivados dos outros, tendo como ponto de partida a caracterização da atividade produtiva e da técnica de produção, serviram de base para a elaboração de conceituações dicotomizadas do rural e do urbano.

A idéia do espaço *continuum*, apresentada primeiramente por Sorokin & Zimmermann (1929), é retomada por Redfield (1947), que observou a intensificação das relações rurais e urbanas, com o intuito de evidenciar uma maior relação entre os espaços opostos, diluindo ainda mais as diferenças verificadas pelos clássicos nas primeiras décadas do século XX.

A obra clássica de Sorokin & Zimmermann⁸ (1929) sugere uma série de traços essenciais na diferenciação dos espaços urbano e rural. De acordo com esses autores, a base para o entendimento do rural está nas particularidades de sua economia. O rural abrigaria, preferencialmente, a produção agropecuária, sendo que todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas a essa atividade econômica. Outros tipos de atividades não-agrícolas se apresentam como acessórias e não se destacam como principal meio de subsistência dos indivíduos que habitam o meio rural.

É importante ressaltar que, neste contexto, apesar de já existirem indícios que apontam para existência de um espaço *continuum* rural-urbano, diversos autores realizaram reflexões sobre um mundo com visíveis contrastes entre as realidades rural e urbana. Portanto, deve-se deixar claro que várias características presentes nestas definições referem-se, exclusivamente, a uma realidade pertencente a um outro tempo. É interessante observar, porém, que alguns traços intrínsecos às definições clássicas do espaço rural ainda hoje podem ser encontrados em diferentes graus de intensidade.

Como podemos observar de maneira resumida em Blume (2004), Sorokin & Zimmermann identificam uma série de diferenças empíricas marcantes entre as áreas rurais e urbanas que se relacionam principalmente com as seguintes características:

⁸ Apesar de esses autores serem os primeiros a adotarem a idéia de *continuum*, a obra clássica de 1929 acaba se constituindo em um forte alicerce para as conceituações dicotômicas, uma vez que ressalta as diferenças existentes entre os espaços rural e urbano como pólos contidos em uma escala de gradação.

1. Ocupacionais: diferenças no envolvimento das atividades. No rural, desde jovens, as pessoas se ocupam com um único tipo de atividade, a coleta e o cultivo;
2. Ambientais: os rurais sofrem influência direta do contato com a natureza e das condições climáticas;
3. Tamanho das comunidades: correlação negativa entre tamanho da comunidade e pessoas ocupadas na agricultura;
4. Diferenças na densidade populacional: as rurais são relativamente mais baixas do que as urbanas, devido ao cultivo;
5. Diferenças na homogeneidade e heterogeneidade da população: os rurais tendem a adquirir características semelhantes por se envolverem nas mesmas funções, são mais homogêneos, pois não sofrem os problemas de uma intensiva divisão do trabalho.

Todas as características descritas mencionam a existência de duas realidades que se opõem. Porém, em vários países, simultaneamente a profundas alterações sócio-espaciais, observou-se, durante o século XX, a modificação da característica primária que constitui o embasamento dessa visão: o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades do tipo não agrícolas.

A indústria fez a cidade explodir e desencadear o processo de *urbanização extensiva*⁹, com a incorporação das periferias mais ou menos distantes pelo tecido urbano. O crescimento das cidades, a industrialização da agricultura e o transbordamento do urbano nas áreas rurais, verificados em vastas regiões do mundo no decorrer do século XX, sugerem que a transição entre os espaços rural e urbano deve ser entendida de acordo com a formulação teórica do espaço *continuum*. Nessa perspectiva, a polarização antagônica é substituída por um gradiente de variações espaciais.

Metaforicamente é como se um plano fosse dividido ao meio e suas metades recebessem respectivamente as cores preto e branco. É a primeira etapa da diferenciação, em que a atenção se foca no contraste, e não no relacionamento profundo que existe, não pelas cores, mas pelo fato de serem metades partes de um mesmo plano. Gradualmente, a fronteira antes nítida entre as cores começa a se transformar. O preto entra no branco e o contrário, gradualmente, as tintas se misturam e por fim temos o plano preenchido não mais por duas metades, mas por um gradiente que vai do branco em um extremo do plano ao preto em outro, passando por ínfimos tons de cinza. É a segunda etapa da diferenciação, quando as definições precisas são implodidas e ressurgem gloriosamente a relação profunda e a unidade existente entre o preto e o branco, componentes do mesmo plano, da mesma realidade. SIQUEIRA & OSÓRIO (2001).

O interessante é que a metáfora de Siqueira (2001), além de representar, didaticamente, as duas formas mais comuns de se pensar os espaços urbano e rural, demonstra que a relação dicotômica se constitui como a primeira etapa do processo de diferenciação de áreas, para que só posteriormente, com a urbanização das áreas rurais, possa existir o *continuum* rural e urbano.

De acordo com Silva (1997, p.1),

⁹ O termo *urbanização extensiva* se refere ao avanço do tecido urbano que extrapola os limites das cidades com a geração de novas centralidades urbanas, sendo um processo econômico-espacial. (Monte-mór, 1994).

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária.

É preciso salientar a existência de várias regiões do mundo em que a idéia de *continuum* não traduz, de forma satisfatória, a realidade. Em vastas áreas dos países em desenvolvimento e nos países mais atrasados, a industrialização da agricultura e as demais mudanças que levam ao transbordamento do urbano para o rural ainda não se efetivaram. A conceituação dicotômica ainda pode se valer eficiente para essas regiões, uma vez que esse tipo de abordagem indica a existência de áreas rurais distantes das cidades. Dessa forma, vale destacar que seria impossível chegar a uma definição universal do que seja rural e urbano, já que as diferentes realidades sócio-espaciais encontradas no globo clamam por adequações apropriadas e específicas.

A partir dessas formulações teóricas, as definições de rural e urbano foram alvos de intensos debates. De acordo com Blume (2004, p.18), no entanto, “diante dos embates teóricos, das crescentes indefinições e também pela crescente urbanização, o rural deixou de ser atrativo como objeto de pesquisa, pois começou a ser aceito que a urbanização do campo era uma questão de tempo”. Diante disso, frente ao auge da modernização agrícola, muitos teóricos se afastaram do tema e voltaram-se para os estudos da agricultura, surgindo, assim, o seguinte questionamento: seria o fim do rural ou das leituras sobre o rural?

Os debates que permeiam os diferentes níveis de relacionamento entre o rural e o urbano ressurgiram, diante da rapidez e magnitude das mudanças técnicas, econômicas, sociais e ambientais que atingiram estes espaços a partir da segunda metade do século XX. No Brasil, as mudanças verificadas no meio rural, a partir da década de 1980, com o aumento da urbanização do campo e o surgimento de novas dinâmicas que apontam para uma nova ruralidade, muitas vezes distante do contexto das atividades agropecuárias, proporcionaram a retomada e a intensificação desses debates, diante de sua crescente importância.

3 - O RURAL E O URBANO BRASILEIRO EM PERSPECTIVA

Percebe-se que nas últimas décadas ocorreu um distanciamento maior das adequações das visões clássicas e dicotômicas para o meio rural brasileiro. A urbanização das áreas rurais imprimiu um novo significado onde sua atuação foi mais significativa. O espaço rural brasileiro se torna, portanto, diferenciado, de acordo com o grau de intensidade da atuação deste processo. Este fenômeno torna-se mais perceptível nas áreas rurais que possuem um contato mais íntimo com as grandes cidades que compõem o núcleo dinâmico da economia brasileira.

Tomando como referência a metáfora de Siqueira (2001), é possível verificar que, no Brasil, ainda existem regiões onde o plano se encontra dividido em apenas duas partes contrastantes. De uma forma geral, entretanto, podemos observar no país, a variação das

tonalidades das cores, ou seja, o *continuum*. Diante disso, o chamado “Novo Rural”¹⁰ brasileiro se apresenta como a principal evidência de que as relações dicotômicas existentes entre as áreas urbanas e rurais, tornam-se cada vez mais distantes de representar de forma adequada a realidade. Sendo assim, a idéia de *continuum* rural-urbano se apresenta como a formulação teórica mais coerente para o caso brasileiro, indicando a crescente necessidade de se abolir de vez qualquer perspectiva dicotômica.

Nos últimos anos, foram publicados vários trabalhos que mostram transformações significativas no meio rural brasileiro, enfatizando novas formas de produção e de sobrevivência, que não se inserem no contexto das atividades agropecuárias. Segundo Matos et al (2004), “a crescente urbanização das áreas rurais do país, fato que é observado há tempos nos países desenvolvidos, imprime um novo significado ao campo”.

As mudanças que vêm ocorrendo nas áreas rurais brasileiras chegam a impressionar, sobretudo ao se recordar que, há não muito tempo atrás, vários estudiosos temiam o esvaziamento do campo, alardeando-o como tendência inexorável. O fato é que, mesmo que ainda exista algum êxodo rural, este já não consegue evitar a tendência de recuperação de parte expressiva das áreas rurais no país (Matos et al, 2004).

A diversificação econômica, com dinâmicas bem diferenciadas regionalmente, ganha maior visibilidade nas áreas rurais integradas ao núcleo dinâmico da economia brasileira, o que faz das regiões Sul e Sudeste, e, em menor proporção, o Centro Oeste, os palcos principais das recentes mudanças observadas no campo. A expansão do tecido urbano leva, para essas áreas, várias características consideradas, pelas definições clássicas, como exclusivamente urbanas. Diante disso, o urbano deixa de ser o *locus* praticamente exclusivo da indústria, do comércio e dos serviços.

A população rural brasileira vem se ocupando menos com as atividades de natureza agrícola. Crescem as ocupações associadas a uma nova dinâmica no meio rural derivada da presença crescente dos setores secundário e terciário, em atividades do tipo urbano, mas localizadas dentro de áreas rurais, a exemplo das ligadas ao lazer, ao turismo e mesmo à terceirização de parte das atividades do processo produtivo da agropecuária. (Silva, 1996; 1997 e 1998).

Atualmente, podemos observar este fenômeno nos países subdesenvolvidos, embora sem a mesma magnitude que assume nos países de economia mais dinâmica. O fato é que a pluriatividade no Brasil aparece como importante alternativa de emprego e renda no campo, uma vez que o desemprego e o subemprego nas atividades agrícolas consistia, há algumas décadas, em um fator decisivo na manutenção das altas taxas de êxodo rural. É importante destacar que as mudanças verificadas nas últimas décadas conferiram às áreas rurais a capacidade de reter e atrair trabalhadores, isto é, de uma forma geral, já não se sobressaem os fatores de repulsão populacional nas áreas rurais com maior diversificação econômica.

Diante de uma série de problemas encontrados nos grandes núcleos de aglomeração populacional, o “Novo Rural” se apresenta como uma alternativa de ocupação e renda para um grande número de pessoas que sofrem com o desemprego urbano, e mesmo para aqueles trabalhadores inseridos no mercado formal urbano que se encontram pouco dispostos a arcarem com os elevados custos de moradia e transporte presentes nas metrópoles. Além disso, o encurtamento das distâncias pelo desenvolvimento dos meios de

¹⁰ De acordo com Grossi & Silva (2002, p.5), o “Novo Rural” brasileiro é constituído basicamente por três grandes grupos de atividades, a saber: Uma agropecuária moderna (baseada em *comodities* e intimamente ligada às agroindústrias), um conjunto de atividades não-agrícolas (ligadas a moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestações de serviços) e um conjunto de “novas” atividades agropecuárias localizadas em nichos especiais de mercado.

transporte e comunicação em massa, garante maior fluidez e cria novas alternativas locais para a instalação de residências, indústrias e empreendimentos envolvidos na prestação de serviços.

Do ponto de vista da legislação, existe, no Brasil, uma série de inadequações na caracterização do que seja rural e urbano, que geram problemas conceituais e metodológicos conhecidos, há décadas, por muitos estudiosos do assunto. A legislação vigente data do Estado Novo (Decreto-lei 311 de 1938), momento em que o país era vastamente rural, e considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila) sem levar em conta suas características estruturais e funcionais. De acordo com Veiga (2002, p.57), “esta aberração coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”. O país enfrenta, com isso, dificuldades na formulação de políticas de desenvolvimento rural e na distribuição de recursos, sendo

crescente o número de agricultores, pecuaristas, extrativistas, pescadores (e até populações indígenas e quilombolas) que perdem o direito aos parques benefícios dirigidos às populações rurais porque residem em sedes de minúsculos municípios. Mesmo lavradores miseráveis atingidos pela seca no semi-árido nordestino não tiveram direito à cesta-básica, e agora não recebem bolsa renda, porque residem em sedes de municípios. E porque deixariam de fazer tal opção se é justamente na sede que há mais chance de acesso à água, eletricidade, correio ou escola primária?

Diante disso, verifica-se a existência de uma série de problemas relacionados à análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de municípios existentes em 2000, havia 1.176 com menos de dois mil habitantes e 3.887 com menos de 10 mil, todas com estatuto legal de cidade, idêntico ao que é atribuído aos grandes núcleos metropolitanos de concentração populacional (Veiga, 2002). O expressivo crescimento populacional no período 1940-1980 e o avanço do processo de urbanização exigem definições mais condizentes com essa nova configuração espacial brasileira. As evoluções institucionais posteriores não estiveram próximas de uma solução e o recente estatuto da cidade também é omissivo sobre esta questão.

O perímetro urbano que, de acordo com a legislação vigente, é a linha que separa o urbano do rural, não representa a realidade de modo satisfatório, uma vez que os interesses políticos, econômicos e tributários podem prevalecer no momento da sua demarcação. No Brasil, milhares de pessoas residem em áreas de ocupação tipicamente não urbanas e que, legalmente, são consideradas urbanas, a exemplo de fazendas e ecossistemas menos artificializados. Segundo Veiga (2002, p.67), “[...] os perímetros urbanos de muitos municípios engolem plantações, pastos e até imensos projetos de irrigação”.

O “Novo Rural” surge a partir da urbanização das áreas rurais brasileiras, sendo, portanto, a extensão do urbano. O espraiamento do fenômeno urbano faz surgir novos limites entre as áreas urbanas e rurais, difíceis de serem percebidos e cada vez mais indefinidos. Sendo assim, a linha que define o perímetro urbano dos municípios torna-se um mecanismo de separação cada vez mais grosseiro e distante da realidade sócio-espacial. Mesmo se conseguíssemos realizar uma delimitação eficiente, não seria correto aderir a idéia de que o perímetro urbano é a linha que separa o urbano apenas do rural. Isso poderia ser aceito para representar o Brasil de um outro tempo. Nesse sentido, a linha de perímetro urbano poderia separar o urbano de uma realidade muito mais complexa, composta não

somente do rural apontado pelos clássicos, mas também do “Novo Rural” e das áreas naturais.¹¹ Deve-se discutir com mais profundidade a criação de propostas que visem uma reformulação metodológica e legal na forma em que este mecanismo é imposto. O que parece claro é que, de uma forma geral, os municípios não demonstram serem capazes de realizar a tarefa da delimitação do perímetro urbano de maneira adequada.

No Brasil, verifica-se que municípios de pequeno tamanho¹² geralmente possuem suas economias mais fortemente apoiadas na exploração e utilização de recursos naturais. Com isso, estão presentes nestas localidades várias características que são inerentes ao mundo rural. Apesar da presença dos setores secundário e terciário, as relações econômicas e demográficas proporcionam usos do solo predominantemente não-urbano. Apenas os pequenos municípios localizados nas proximidades dos grandes centros urbanos geralmente possuem suas atividades funcionais muito distantes das características clássicas creditadas ao meio rural.

Portanto, seria falacioso dizer que mais de 80% da população brasileira residia em áreas urbanas em 2000, já que é extremamente expressivo o número de pequenos municípios que poderiam ser classificados como povoado rural, se fossem devidamente consideradas suas características funcionais.

De acordo com Veiga (2002, p.33), para que a análise da configuração territorial possa evitar a ilusão imposta pela norma legal, “é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização”. A partir dessas observações, Veiga (2002, p.34) apresenta sua classificação do que seja rural e urbano no Brasil:

O Brasil inequivocadamente urbano é formado pelos 455 municípios onde estavam 57% da população em 2000. [...] é preciso distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que pertenciam ao Brasil rural e os que se encontravam no meio-de-campo. E para fazer esse tipo de separação o critério decisivo é a densidade demográfica. [...] podem ser considerados de pequeno porte os municípios que tem simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/Km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes. [...] conclui-se então que não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural, 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes.

Admite-se que tal critério estaria mais próximo do ideal de adequação territorial do que os utilizados no Brasil atualmente, especialmente quando aplicado a formulações de políticas de desenvolvimento. Mas a simplificação da realidade proposta pelo modelo de Veiga (2002), que utiliza a densidade demográfica como critério decisivo na separação entre áreas rurais e urbanas, mesmo apesar do alerta de muitos estudiosos para a imprecisão deste critério puramente quantitativo, pode apresentar graves problemas de natureza teórica e empírica.

¹¹ As definições clássicas consideravam que o rural abrigaria, preferencialmente, a produção agropecuária, sendo que todas as outras características observadas no campo estariam vinculadas a essa atividade econômica. Diante disso, podemos ressaltar a incoerência de incluir as áreas naturais nessa categoria, uma vez que isso gera problemas de natureza empírica e teórica.

¹² Muitos estudiosos, para efeitos analíticos, não consideram urbanos os habitantes de pequenos municípios, com menos de 20 mil habitantes. Este é um parâmetro freqüente em organizações internacionais e foi proposta pelo sociólogo francês Henri Mendras (1995). (Abramovay, 2000). Diante disso, Veiga (2002) observa que em 2000 o grau de urbanização do Brasil seria reduzido para cerca de 70%, uma vez que 4.024 municípios com menos de 20 mil habitantes seriam considerados como rurais.

De acordo com Matos (2005)¹³,

não obstante os méritos da preocupação e tentativa de solução que o autor advoga para o problema da definição de urbano no Brasil persistem distorções e incongruências nos estudos em que se apóia, o que, acaba por inviabilizar o uso do critério das densidades da maneira como proposto.

Diante disso, Matos (2005) esclarece que na abordagem proposta por Eli da Veiga “o ponto crítico fundamental consiste em fazer uso de uma medida que, por definição, combina população e espaço, mas que, acaba ignorando as peculiaridades que a variável espaço urbano, ao nível municipal, incorpora”.

Sendo assim, o autor sugere que

se o critério da densidade demográfica fosse aplicado sobre a superfície territorial que corresponde exatamente à sede do município reduzir-se-iam em muito as distorções (...) já que a área das sedes varia muito em relação ao tamanho do assentamento urbano, geralmente ultrapassando-o em muito (notadamente nas regiões setentrionais do país).

O modelo proposto por Veiga (2002) também não leva em consideração todas as outras importantes características existentes, como os tipos de atividades desenvolvidas (agrícolas ou não-agrícolas), que são consideradas pelos clássicos como essenciais para a distinção de áreas rurais e urbanas. Não podemos esquecer que esse critério estabelecido não classifica, de maneira adequada, as áreas que se inserem na idéia do *continuum* rural-urbano, até porque pode classificar como essencialmente rurais áreas onde as características da cidade se impõem sobre os traços da não-cidade.

Percebe-se que esse corte geográfico a partir de um critério fundamentado na “densidade populacional”, continua distante de considerar as características funcionais dos municípios. Outras parcelas de áreas classificadas como essencialmente rurais podem não se inserir nesse contexto, a exemplo de áreas que sofrem a atuação de empreendimentos de mineração e que, por sua vez, incorporam a lógica urbano-industrial na realização de suas atividades. Nesse caso, não se pode observar, com considerável intensidade, os traços que expressam a ruralidade, configurando-se um espaço construído a partir de uma lógica distante do contexto das atividades agropecuárias.

Veiga (2002, p.33) ainda defende que “nada pode ser mais rural do que as escassas áreas de natureza intocada”. Um problema que surge a partir dessa afirmação é que as áreas de “natureza intocada” fogem do que os clássicos consideram como a principal essência do espaço rural: a produção agropecuária. É evidente que estes espaços se distanciam da lógica urbana, mas também se torna necessário refletir sobre a coerência de classificar essas áreas como essencialmente rurais, até porque demandam iniciativas de desenvolvimento diferentes das áreas com predomínio da produção agropecuária.

As definições clássicas do início do século XX, que buscavam representar uma realidade menos complexa, também não introduzem, de forma adequada, uma formulação teórica que represente a realidade por não enfatizar a singularidade dos espaços naturais. A dicotomia dos espaços rural e urbano se configura como insuficiente na representação

¹³ Vale destacar que o autor realiza em seu trabalho um exercício bastante interessante do ponto de vista didático para ilustrar algumas distorções, que podem vir a surgir a partir da aplicação do critério proposto por Veiga (2002).

sócio-espacial em um momento da história em que eram expressivas as áreas de natureza intocada. Mesmo na atualidade, apesar de se configurarem como escassas, essas áreas não perderam a importância, pois, a cada dia que passa, se torna mais necessária a formulação de políticas de desenvolvimento específicas para a proteção do meio natural.

Veiga (2004, p.3) afirma que,

o mais comum é uma combinação de critérios estruturais e funcionais. Critérios estruturais são, por exemplo, a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. Critério funcional é a existência de serviços indispensáveis a urbe.

Mesmo constatada a importância de se considerar devidamente os critérios estruturais e funcionais nas formulações de recortes espaciais eficientes, podemos observar em VEIGA (2001) que o autor insiste em apresentar um modelo que privilegia demasiadamente o critério da densidade demográfica, sem deixar de considerar a localização e o tamanho dos municípios. Claro que, de uma forma geral, os modelos que carregam simplicidade podem responder de forma mais adequada e prudente às características dos fenômenos observados. Mas nesse caso, tamanha simplicidade pode, em vários momentos, não resolver parte considerável das insuficiências e inadequações em questão. Deve-se, também, refletir melhor sobre a viabilidade dos modelos que consideram os municípios como menor unidade de análise.¹⁴

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cercado pelas atribuições legais, tenta contornar estas insuficiências disponibilizando, em seus levantamentos censitários, novas variáveis e tipos de classificação de áreas, que recortam o espaço de forma a dar maior mobilidade para os estudiosos interessados no assunto. Isso, porém, não resolve grande parte do problema, pois ainda obriga os pesquisadores a trabalharem de acordo com uma perspectiva que apresenta falhas.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas teóricos e empíricos relacionados às definições de urbano e rural parecem não ter solução a curto prazo. Enquanto isso, os pesquisadores se vêem obrigados a formular e recorrer a alternativas metodológicas que buscam minimizar as distorções geradas a partir da anacrônica legislação vigente.

Não devemos insistir em classificações que considerem essa relação como puramente dicotômica, devendo-se admitir a existência de um espaço *continuum* repleto de diferentes características funcionais. A distinção de áreas para a formulação de políticas de desenvolvimento não pode considerar apenas critérios demográficos e espaciais, sendo imprescindível levar em conta as características culturais e socioeconômicas das diferentes regiões.

Se as diferenças entre os espaços rural e urbano no Brasil são cada vez menores, estas ainda se apresentam grandes no que diz respeito ao acesso a alguns bens e serviços fundamentais. Silva (1998, p.1) demonstra que “não se trata das condições para o chamado acesso à modernidade, como o telefone por exemplo; estamos falando de carências básicas

¹⁴ No caso dos pequenos municípios, com população inferior a 20.000 habitantes existem evidências suficientes que demonstram que parece prudente agrupá-los em uma unidade de análise (rural), quando associado ao critério da localização.

como não dispor de água potável e ser analfabeto”. Nesse sentido, torna-se importante que as discussões referentes ao que seja rural e urbano no Brasil tenham um enfoque direcionado à formulação de políticas públicas, na busca de amenizar os problemas que permeiam essas realidades.

A separação entre o que é rural e urbano no Brasil, a exemplo do que já aconteceu com os países desenvolvidos, também passa a se tornar cada vez mais desnecessária diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que estes conceitos se interpenetram mais a cada dia. De fato, é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos. Mas para fins de planejamento e formulação de políticas de desenvolvimento rural e urbano, torna-se coerente a realização de algumas subdivisões que não buscarão, necessariamente, a total superação entre as insuficiências teóricas e empíricas do que seja rural e urbano no Brasil, constituindo-se em uma alternativa que possui sua viabilidade justificada por razões de ordem prática. O que parece claro é que, nesse sentido, um recorte espacial em apenas duas categorias não responde de forma adequada os objetivos propostos, sendo necessária a criação de mais categorias para a realização de uma melhor captação das singularidades sócio-espaciais.

Um erro recorrente é a criação de modelos que revelam não serem estabelecidos a partir de profundas reflexões teóricas. Muito se perde quando o ponto de partida para o entendimento do fenômeno é o dado, e não as reflexões sobre o tema. Nesse sentido, é evidente a necessidade de investimentos teóricos que, mais adiante, poderão fornecer maior consistência, inclusive, às pesquisas que assumem uma dimensão fundamentalmente empírica.

Ao final dizer, antes de apresentar propostas de definições sócio-espaciais mais adequadas ao caso brasileiro, seria mais prudente propor uma ampliação dos debates referentes ao tema, uma vez que este assume uma série de complexidades que ultrapassam em vários momentos as discussões atuais.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e Medidas da Ruralidade no Desenvolvimento Contemporâneo**. Ministério do Planejamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão no. 702, Rio de Janeiro, 2000.

BERTRAND, Alvin L. et al. **Sociologia Rural: uma análise da vida rural contemporânea**. São Paulo: Atlas, 1973.

BLUME, R. **Território e ruralidade: A desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: FCE, 2004.

GROSSI, M; SILVA, G. **O novo rural: Uma abordagem ilustrada**. Londrina: Instituto Agrônomo do Paraná, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATOS, R.; SATHLER, D.; UMBELINO G. **Urbano influente e rural não agrícola em Minas Gerais**. Anais do XI Seminário sobre a Economia Mineira. (2004).

MATOS, Ralfo Edmundo da Silva. **Espacialidades em rede: População, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte, 2005.

REDFIELD, R. **The Folk Society**. American Journal of Sociology, 1947.

SILVA, José Graziano da. **Gestão das Políticas na Agricultura Brasileira Moderna**. Belo Horizonte: Ed. Unicamp, 1996.

_____. **O novo rural Brasileiro**. Belo Horizonte: Revista Nova Economia, 1997.

SILVA, José Graziano da (et al.). **Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: Incorporando a Noção de Desenvolvimento Local**. Campinas: Instituto de Economia, 1998.

SIQUEIRA, D.; OSÓRIO R. **O conceito de Rural**. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília: Brasília, 2001.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. **Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano**. (1929) In: MARTINS, J. S. Introdução Crítica à Sociologia Rural. São Paulo: Hucitec, 1986.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VEIGA, José Eli. **Nem tudo é Urbano**. Cienc.Cult. vol.56 no.2 São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 10 de out. 2005.